

## *Uma leitura de cicatrizes: os escritos contemporâneos do cárcere no Brasil e na Itália*

Luciana Paiva Coronel  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

[lu.paiva.coronel@gmail.com](mailto:lu.paiva.coronel@gmail.com)

### **Resumo:**

Pretende-se apresentar as diferentes formas de representação da violência presentes em escritos do cárcere do Brasil e da Itália, apontando o fato de que nos primeiros esta irrompe de modo absoluto, confirmando a persistência de uma tradição de arbítrio e impunidade que diz respeito ao modo de tratamento dos setores subalternos da sociedade, enquanto que no segundo caso, pode-se comparativamente identificar a presença de uma forma mais psicológica de sofrimento, ligado à dor da solidão e do vazio existencial decorrentes do encarceramento. Nos textos brasileiros predomina a forma do testemunho da barbárie, no qual a voz do detento representa majoritariamente toda a coletividade dos apenados. Na cena italiana, as vozes configuram um acerto de contas de teor mais individual, típico da autobiografia, sendo estes os conceitos básicos que orientam a análise. Em ambos os casos, a palavra constitui um caminho de libertação simbólica diante da opressão sofrida.

**Palavras-chave:** Violência; Testemunho; Autobiografia

### **Abstract:**

It is our intention to show the difference between Brazilian and Italian prison writing concerning the representation of violence. In Brazilian works the violence is absolute, which confirms the persistence of arbitrary powers of officials, and their impunity, towards lower classes in the society. In contrast, in Italian works, the violence is associated with psychological suffering related to the pain of loneliness and existential emptiness caused by incarceration. In Brazilian texts, testimony to barbarism prevails through the voice of the prisoner who speaks for the majority of the group of prisoners. In Italian texts, there are voices of individuals who establish some reckoning, very much like autobiographies. Testimony and autobiography are the basic concepts that guide this analysis and they both are ways of achieving symbolic freedom through writing.

**Key-words:** Violence; Testimony; Autobiography

«Não existe discurso que esgote a dor»

Márcio Seligmann-Silva

A violência é componente essencial dos escritos do cárcere do Brasil, nos quais deixa um rastro de sangue, de dor e de morte. A sua leitura implica um percurso pelos «porões do inferno» (Ramos, 2002: 232) que são as prisões brasileiras, segundo definição de um dos próprios autores. Já nos escritos do cárcere italiano pode-se apontar a presença de uma forma mais psicológica de sofrimento, ligada à solidão e ao vazio existencial decorrentes do encarceramento. Nos dois países, as narrativas escritas a partir do espaço prisional ganham espaço na cena cultural contemporânea, ensejando publicações, debates no meio acadêmico e na mídia e por vezes propiciando discussões importantes na esfera pública acerca da situação do sistema penitenciário em cada um dos países.

No terreno da literatura brasileira, esta safra de obras inaugura o novo século colocando-o como herdeiro da barbárie do anterior, enfeixado, segundo João Camillo Penna, entre dois Massacres, o Massacre de Canudos, ocorrido no nordeste do país entre os anos de 1896 e 1897 e representado magistralmente por Euclides da Cunha em *Os sertões* (1903), e o Massacre do Carandiru, ocorrido no presídio paulistano homônimo no ano de 1992 e representado de modo inaugural por Dráuzio Varella em *Estação Carandiru* (1999).

Trata-se, segundo Penna, de «dois massacres finiseculares [...], dentre outros que pontuam de maneira mais ou menos conspícua a história contemporânea

brasileira. Massacres, no entanto, exemplares: uma solução policial-militar para um ‘desajuste’ social, revelando o binômio da penalização e da culturalização da pobreza brasileira» (Penna, 2013: 12). A exemplaridade dos dois episódios brutais consiste, portanto, na repressão violenta exercida pelas autoridades encarregadas da segurança sobre uma população carente, necessitada e pouquíssimo instruída, uma população a quem o Estado brasileiro vem sonogando historicamente direitos básicos como saúde, educação e moradia. E a quem, nestes momentos de ruptura da ordem, sonoga ainda o direito elementar à vida. Esta é uma parcela da população na verdade desconhecida e ignorada, à qual recusam-se quaisquer prerrogativas de cidadania e sobre a qual constrói-se o imaginário do medo, da demonização e da estigmatização.

Na perfeita síntese de João Camillo Penna (2013: 16), que agrega os dois massacres representativos da história recente do Brasil, apresenta-se o processo de criação deste ‘outro’ ameaçador: «Canudos e Carandiru, em ambos os casos, uma mesma construção simbólica do inimigo social, jagunço ou preso, este mesmo morador da fronteira desconhecida, devassada e insegura que divide internamente o território».

Ainda que traço intrínseco da história humana, a violência apresenta-se particularmente intensificada no século XX, situado no recorte de Eric Hobsbawm entre os anos de 1914 e 1991 e caracterizado pelo mesmo historiador como «a era dos extremos»: «no breve século XX mais homens [foram] mortos ou abandonados à morte por decisão humana que jamais antes na história» (1995: 21).

No Brasil, o século passado teve chacinas marcando seu início e seu final, como se viu. Não se trata, neste caso, de uma violência indiscriminada ou generalizada, que atinja a população de modo fortuito, como ocorre em atentados políticos ou situações de guerra. Trata-se de uma violência que se apresenta com a perversa vocação do extermínio dos segmentos que a sociedade previamente marginalizou, cuja presença, por vezes agressiva no espaço conturbado das grandes cidades, é vista como indesejável.

Nos presídios nacionais a situação de estado de exceção que vigora nas favelas e periferias em geral, seguidamente invadidas pela polícia com arbítrio na certeza da impunidade, é uma constante. É desse tipo de violência estrutural que tratam as narrativas dos presos, sobre as quais Márcio Selligmann-Silva considerou:

Estas narrativas contam as tentativas de vencer com alguma *astúcia a força bestial* de um sistema penal que apenas serve para eliminar aqueles considerados ‘resto’ (*homo sacer*, para recordarmos Agamben interpretando Benjamin e Foucault [...]), de uma sociedade moldada pela ideologia do consumo e do sucesso. (2003: 7)

Tais relatos revelam que eles próprios consideram-se ‘resto’: «A carne humana é descartável» assim representa-se Antonio Donizetti no poema que consta da obra *Vidas do Carandiru – Histórias reais*, organizado por Humberto Rodrigues (2002: 252). «Imagino os presos como carne barata, que o mercado capitalista condena por excedente, não lhe servindo nem como mão-de-obra, nem como mercado», desta forma julga-se Milton Marques Viana, no relato intitulado «Pavilhão Nove», incluído em *Pavilhão 9 – Paixão e morte no Carandiru*, de autoria de Hosmany Ramos (2002: 263).

O último relato citado traz o depoimento de um sobrevivente do «Massacre do Carandiru», a maior chacina da história prisional brasileira, quando cento e onze presos foram mortos, segundo as estimativas oficiais, após uma invasão da tropa de choque da polícia militar ao complexo prisional homônimo. Após o corte da energia elétrica do pavilhão, que deixou a todos sem acesso a informações de qualquer espécie e igualmente sem poder enxergar com nitidez a barbárie que se iniciava, Milton narra o esforço dos apenados no sentido de evitar uma tragédia:

Alguns presos mais experientes pintaram com lençóis pedindo paz e dizendo: «Queremos negociar». Outros acenavam panos brancos, demonstrando disposição de se renderem, como acontece nos filmes de faroeste. A polícia, entretanto, pareceu não entender as mensagens. Não queriam solução pacífica, queriam demonstrar poder e truculência. (Ramos, 2002: 248)

A disposição dos presos para a pacificação do conflito não foi devidamente

captada pela polícia. Era preciso dar uma solução exemplar ao que foi compreendido como um início de rebelião, pois no dia seguinte haveria eleições municipais no país, e o governador do Estado de São Paulo, responsável pela administração do presídio, não queria que seu partido fosse prejudicado. Interesses políticos levaram-no, portanto, a optar pela ocupação do pavilhão onde havia praticamente apenas réus primários, a maioria menor de 21 anos. Os dados fornecidos por João Camillo Penna (2013: 137) acerca do cenário no qual ocorreu esta verdadeira ‘execução’ de presos a sangue-frio são estarrecedores: «Dos 111 mortos, 84 esperavam julgamento, e, de acordo com a constituição brasileira, deveriam fazê-lo em liberdade, não deveriam estar lá no momento em que ocorreu o massacre».

André de Rap, outro sobrevivente da chacina, autor de *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, organizado por Bruno Zeni, narra as cenas iniciais da operação de guerra montada para a ocasião: rajadas de fuzis eram lançadas de helicópteros, policiais invadiram o pavilhão «de capuz, de máscara e de escudo, entraram metralhando» (2002: 20). Os detentos fugiram então para dentro das celas, buscando proteger-se. Bombas de gás lacrimogêneo foram ali lançadas, ocasionando o final do embate para a maioria dos presos: «Morreram debaixo das camas, dentro dos banheiros, se escondendo, [...] rendidos» (2002: 21). André reconhece que sua sobrevivência se deve ao que considera um milagre: «Tinham (sic) vários companheiros mortos e eu fiquei ali, embaixo dos corpos» (2002: 21).

Mais importante do que a descrição do Massacre parece ser o sentido da enunciação de André: «eu acho que eu tenho que falar. Mesmo que eles venham me matar, a verdade tem que ser contada» (2002: 104). Seguindo um imperativo ético que é típico das narrativas testemunhais, a voz que narra o faz em nome de muitos e anuncia a vontade de justiça.

Nos depoimentos em estudo, a denúncia envolve a motivação preventiva em relação ao futuro: «Minha intenção é alertar a sociedade do que pode acontecer. Que o que aconteceu pode acontecer de novo. Um novo massacre» (2002: 106). Ao que tudo indica, sua voz não será ouvida. Jocenir, presidiário e autor de *Diário de um detento*, letra de rap que igualmente tematiza o Massacre do Carandiru, ainda que seu autor não o tenha vivenciado, por não se encontrar preso à época, sabe bem o porquê. O mesmo encerra com palavras inspiradas o seu poema que virou canção: «Mas quem vai acreditar no meu depoimento?» (Jocenir, 2001: 180).

Presos não são ordinariamente pessoas confiáveis. Ainda assim, presidiários como estes e os demais aqui citados assumem a palavra para fazer ouvir sua voz, que traz uma contundente imagem de nossa «era das catástrofes», revelada na violência que se abate sobre os presos, deixando um rastro de horror e de morte, conforme consta na letra de Jocenir:

Cadeia apaga o que o sistema não quis  
Esconde o que a novela não diz.//  
Ratatá,  
Sangue jorra com água  
Do ouvido, da boca e do nariz.//  
O Senhor é meu pastor,  
Perdoe o que seu filho fez,  
Morreu de braços no Salmo 23,  
Sem padre, sem repórter, sem arma, sem socorro,  
Vai pegar HIV na boca do cachorro.//  
Cadáveres no poço, no pátio interno,  
Adolf Hitler sorri no Inferno. (Jocenir, 2001: 179)

Iniciando com a já referida autorrepresentação do preso como ‘resto’, o recorte da letra de *Diário de um detento* reproduz a estridência das balas por meio de uma onomatopeia e inova ainda ao apresentar uma releitura irônica da Bíblia e da história contemporânea, misturando salmos com a imagem de Hitler sorrindo no Inferno. A referência ao líder alemão traz aproximação recorrente nos escritos brasileiros do cárcere entre as prisões nacionais e os campos de concentração criados durante a Segunda Guerra Mundial para realizar o extermínio de judeus, entre outras minorias indesejadas pela concepção ariana do homem predominante nas cúpulas nazistas.

A narrativa de Jocenir, intitulada *Diário de um detento*: o livro para diferenciar-se

da sua produção musical, inicia com um capítulo denominado «Inferno», no qual mais uma vez comparece tal aproximação: «os distritos policiais, cadeias públicas e alguns presídios [...], são campos de concentração, senão piores, iguais aos que os nazistas usaram para massacrar os judeus na 2ª Guerra Mundial. São verdadeiros depósitos de seres humanos tratados como animais» (2001: 17-18).

É possível que Jocenir tenha razão e os presídios do Brasil sejam ainda piores que os campos de concentração. Ao que parece, nos campos a eliminação dos segmentos desprezados era exercida com assepsia e método, as câmaras de gás sendo um bom exemplo disso. No Carandiru, ao final da chacina, o sangue jorrava em cascata pelas escadas e os próprios presidiários sobreviventes foram encarregados da limpeza do prédio: «A cena era horrorizante. Começamos a lavar o pavilhão, puxando com rodo aquele monte de sangue. Pedaco de carne, pedaco de companheiro seu, pedaco de ser humano ali no meio da água misturada com sangue, sangue de vários homens» (Du Rap - Zeni, 2002: 25).

O Massacre dos 111 do Carandiru gerou uma série de testemunhos, constituindo uma ferida aberta na história carcerária brasileira, marcada toda ela por um padrão de aberrante desconsideração em relação aos direitos humanos dos presos. Herança do escravismo, o arbítrio dos setores dirigentes no tratamento da população subalterna é quase uma tradição nacional. Segundo a historiadora Emília Viotti da Costa, em 1888 aboliu-se a escravidão no país, mas não o seu legado:

Trezentos anos de opressão não se eliminam com uma penada. A abolição foi apenas o primeiro passo na emancipação do negro. O completo abandono dos ex-cativos, para os quais não se abriam os novos postos de trabalho no mercado da mão-de-obra livre que se instituiu, comprova esta perspectiva. (Costa, 2008: 12)

Exclusão, miséria, violência, preconceito e fome configuram assim a terrível herança do escravismo presente no Brasil até os dias de hoje. O desafio de «converter a emancipação em realidade» ainda está para ser alcançado. Daí a importância dos escritos contemporâneos do cárcere no país. Eles contribuem para que o desafio da emancipação dos segmentos marginalizados possa ser um dia alcançado.

Luis Alberto Mendes faz parte dessa leva de autores. Em *Memórias de um sobrevivente*, romance de quase quinhentas páginas, ele narra várias cenas de tortura a que era rotineiramente submetido nos estabelecimentos prisionais por onde passou. O leitor adentra assim um universo marcado pela brutalização dos corpos e das mentes:

O delegado chegou, acompanhado do auxiliar, sua escolta e um monte de tiras, qual fossem o rei e sua escolta. [...] O homem era realmente um sádico. [...] Apanhou uma palmatória de ferro. [...] Ele só batia nas unhas dos pés e das mãos. E com uma perícia incrível, pois quase não batia em cima, mas contra as pontas das unhas, para fincá-las na carne. A dor era lancinante, enlouquecedora. De tudo que sofri em minha vida, aquilo foi o que mais me doeu. Queimaram-me com cigarros, [...] aniquilaram-me com requintes de perversidade. Fiquei lúcido o tempo todo, embora meio enlouquecido de dor. Naquela sala não havia ninguém são. (2001: 380-381)

Mendes percebe o circo de perversidade que é montado em torno de seu corpo rendido. Se é a dor que o levava à loucura, no caso da autoridade policial a quem é dado o livre exercício da própria insana crueldade, a loucura tem causas mais opacas e confunde-se com as prerrogativas do poder absoluto (de rei) que exerce sob seus subordinados. Muitas formas de violência física e psicológica são descritas no livro, todas sendo aplicadas com vistas à obtenção da confissão desejada:

Então veio o choque. Denso e longo como uma cobra que deslizava sobre meus nervos. A sensação era de que me arrancavam as tripas pelo pé, se é que é possível tal sensação. Havia mesmo cheiro de carne queimada no ar. Naquele instante pude ver tudo o que eu fizera de errado em toda a minha vida, assim, vertiginosamente. Queria contar, queria mesmo. [...] O tira girava a manivela e ria. Ria às gargalhadas [...] Quis falar tudo. Quis ser submisso a eles, fazer exatamente o que mandassem. Mas quando olhava aquela boca aberta a gargalhar, [...] meu ódio envenenava meu corpo, minha alma. E de repente, o ódio era maior que eu mesmo, maior que a dor, mais violento que a minha própria vida [...] A dor crescia também, paralelamente, e eu já não gritava; perdera a voz. Aquilo

tudo, ódio e dor, misturava-se em meu estômago, produzindo um gosto amargo em minha boca, como estivesse devorando minhas próprias entranhas. Não era mais gente. Era apenas uma coisa que odiava e se rendia ao mesmo tempo. (Mendes, 2001: 72-73).

O processo de animalização desencadeado pela experiência do cárcere é minuciosamente descrito por este que já foi considerado «o maior narrador surgido do cárcere do Carandiru» em seu «livro de matiz dostoiévskiano, *Memórias de um sobrevivente*, que narra a formação do narrador em moldes oriundos do *Bildungsroman*, isto é, o programa clássico de autonomização literária de narrativização autorreflexiva da vida» (Penna, 2013: 37).

Nesta obra exemplar, na qual o tom coletivo do testemunho encontra-se diluído e o recorte mais individual é desenvolvido, o narrador busca realizar uma espécie de acerto de contas consigo mesmo e com seu passado. É exatamente desse tipo de resgate autorreflexivo de si que tratam usualmente as autobiografias. Conforme Raquel Souza, «o ato biográfico propõe, na sua intrincada rede de significações, um ‘assassinato’ simbólico e camuflado da vida pregressa do sujeito» (2002: 63). Nicolás Rosa sintetiza a fenda essencial que cinde aquele que narra sua própria vida: «Eu se escreve a si mesmo como outro» (1990: 56).

Na condição de ver-se e escrever-se como outro, o narrador de *Memórias de um sobrevivente* constata após o episódio da tortura que não era mais gente. Essa consideração coincide com a indagação que intitula o testemunho clássico de Primo Levi, *É isto um homem?* e diz respeito ao questionamento sobre o que sobra de humano em uma criatura submetida à aniquilação. Luis Alberto Mendes não se interroga acerca de sua condição, apenas registra que o humano lhe ultrapassava. Márcio Selligmann-Silva considera este um traço peculiar a todo conjunto dos escritos do cárcere brasileiros:

Nessas obras vislumbramos, portanto, uma reflexão sobre os limites do *humano* e do *animal*. A violência extrema sofrida pelos prisioneiros desencadeia um processo de desumanização. Nesse sentido, também aparecem com toda força nessa literatura os temas da *vergonha*, do *desnudamento*, da redução do ser humano à animalidade e à massa de tecidos do corpo sem vontade própria via humilhação, onipresença do olhar, exposição à falta de higiene e tortura. (2003: 9)

Primo Levi, o físico italiano sobrevivente de Auschwitz, refere em *É isto um homem?* ter sido a sua escrita derivada da necessidade «de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes» de sua história e igualmente da necessidade de «liberação interior» (1988: 8). Ainda que na concepção original do autor as duas finalidades coincidam, acredita-se ser possível identificar duas motivações distintas, ainda que complementares, a da socialização, que envolve o tribunal da História, e a finalidade da expressão da dor, que envolve o alívio íntimo.

No conjunto das obras aqui discutidas, predomina a primeira vertente de motivação, voltada a denunciar à sociedade a situação dramática do preso e igualmente a diferença de tratamento que a Justiça demonstra ao lidar com os segmentos sociais privilegiados: «Fiquei pensando naquele momento qual seria o tamanho do presídio se a justiça funcionasse e botasse todos os criminosos de colarinho branco atrás das grades. Eles teriam direito a corredor polonês? Comeriam merda?» (Jocenir, 2001: 80).

Excrementos compõem estes relatos, sendo usados pelas autoridades prisionais como instrumentos de tortura, conforme o excerto supracitado, e ainda como elemento abjeto que manifesta os limites do corpo diante do medo, da dor e da violência. Assim André du Rap relata a cena em que, deitado em meio aos cadáveres, sentia o líquido fervendo dos colchões derretidos que os policiais faziam cair sobre os corpos para ver se tinha alguém vivo, sem poder reagir: «Fiquei ali suportando a dor. Tô ali, deitado, vários companheiros sangrando ao meu lado, urinando, cheiro de fezes» (2002: 24). Também Milton Marques Viana narra cena do Massacre em que, após uma bala passar de raspão na cabeça de um colega de cela, o mesmo começa a chorar e sente-se em seguida o cheiro «nauseante e forte» (Ramos, 2002: 252) que emanava de seu corpo, deixando-o envergonhado. Este tipo de desintegração do ser humano é uma realidade nesses escritos.

Submetidos a tais humilhações, os presos apenas aprendem a cultivar o ódio e

a vingança. Luiz Alberto Mendes refere em seu romance exatamente este tipo de resposta em seu grupo: «Criava-se uma geração de predadores que iria aterrorizar São Paulo. A maioria seria morta pela polícia em pouquíssimo tempo, mas antes disso» (2001: 182). Na sequência o narrador de *Memórias de um sobrevivente* alerta a sociedade sobre o estado de guerra que se fomenta nos presídios com tais práticas:

Nunca ninguém se importou em nos trazer uma mensagem positiva, nos transmitir valores ou discutir os nossos. [...] Estávamos abandonados à nossa capacidade de produzir uma cultura nossa e à mercê de nossos sicários. A cultura que conhecíamos era a que milhares de meninos que ali sofreram nos deixaram. A cultura do oprimido que espera sua oportunidade de vingar-se. (Mendes, 2001: 182)

Márcio Selligmann-Silva entende que «toda uma economia da memória do mal é construída nessa literatura das prisões» (2003: 11). O resultado de toda a violência sofrida parece ser o ódio e a vontade de vingança. Gera-se assim uma cultura do medo, marcada pela valorização das armas e pela obsessão com a segurança, que exige carros blindados, condomínios fechados e grades afiadas por todos os cantos. Não há chance alguma para a construção da paz neste ambiente opressor.

O próprio Mendes explica as raízes da violência urbana nacional: «é para se perguntar se éramos animais como queriam, ou se éramos animalizados, como nos faziam. Marginais e criminosos, ou marginalizados e criminalizados?» (2001: 146). Na medida em que os processos de ‘animalização’ são decorrência de práticas ilícitas de violência perpetradas sobre cidadãos colocados sob a custódia do Estado, há uma questão maior implicada no drama narrado pelos presidiários, que diz respeito à sociedade como um todo. Walter Benjamin, no ensaio «Sobre a crítica da violência» auxilia na compreensão dessa problemática complexa:

A tarefa de uma crítica da violência pode ser definida como a apresentação de suas relações com o direito e a justiça. Pois, qualquer que seja o efeito de uma determinada causa, ela só se transforma em violência, no sentido forte da palavra, quando interfere em relações éticas. (1986: 166)

A reivindicação ética está centralmente presente nos relatos testemunhais, que podem ser entendidos como enunciados proferidos por uma voz cuja singularidade «consuma a sua identidade como extensão da coletividade. O singular representa o plural não porque ele substitui ou compreende o grupo, mas porque o falante é uma parte indistinguível do todo» (Selligmann-Silva, 2003b: 319). Desta forma, a escrita do cárcere brasileiro, tomada como um todo, apresenta o testemunho do prisioneiro que clama por justiça, tendo por base a integridade violada do corpo. Márcio Selligmann-Silva afirma que «A noção de *escritura do corpo* assume aqui uma literalidade raramente encontrada na história da literatura» (2003: 6).

Não se viu, no entanto, nesses escritos manifestação relevante acerca da indizibilidade da dor, como é comum ocorrer nos testemunhos dos sobreviventes da Shoah, marcados pelo trauma. Nestes textos os limites da representação são evidenciados, e o próprio discurso pode ser considerado uma tentativa de dar nexos e coerência aos fragmentos da memória.

Os textos estudados revelam mais da crônica e da reportagem da vertente hispano-americana do testemunho do que dos ‘nós de memória’ da vertente judaica. Possivelmente isso ocorra devido a uma formação escolar mais restrita da parte dos autores brasileiros, cuja forma de escrita mostra-se mais simplificada. Também o formato estrutural de alguns dos escritos, construídos a partir do depoimento oral do detento com a mediação de um gestor encarregado da transcrição e da edição final do mesmo, pode ter contribuído para o menor aprofundamento psicológico das narrativas, nas quais tampouco se problematiza o processo da memorização e narração de fatos passados. A crítica argentina Beatriz Sarlo indaga acerca do impasse que está na raiz das escritas de si: «Que relato da experiência tem condições de esquivar a contradição entre a *firmeza* do discurso e a *mobilidade* do vivido? A narração da experiência guarda algo da intensidade do vivido, da *Erlebnis*?» (Sarlo, 2007: 23).

Longe de ser uma «falta estilística» tal caracterização é a que define o perfil de

narrativas que Márcio Seligmann-Silva (2003b: 27) denominou como «‘literatura do limite’ – e no limite →», sendo este limite algo como sobreviver após «atravessar a morte». Trata-se de textos que não podem ser enquadrados em noções convencionais de estilo literário, porque neles a ética funda uma nova estética, reconfigurando padrões narrativos e exigindo da crítica novos olhares capazes de abarcar sua feição peculiar.

A escrita italiana do cárcere não apresenta o corpo como fundamento da escrita, pois as condições das prisões no país são muito diversas. A violência nela contida não está relacionada a traumas advindos de massacres ou torturas, mas a dores mais tênues, causadas pela vacuidade da existência no espaço reduzido da cela sob a opressão do tempo alargado da pena a cumprir.

Fabio Pierangeli, organizador de obra que reúne vozes de acadêmicos, estudiosos e alguns detentos-autores, considera como tema central de sua publicação «a literatura como veículo de retorno à dignidade humana em situação de risco, de sufocamento, de detenção a fim de aliviar a culpa por um delito cometido» (Pierangeli, 2012: 11).

Juan Dario Bonetti, participante do convênio estabelecido entre o Presídio de Rebibbia e a Universidade de Roma Tor Vergata, é um dos autores presentes na edição. Seu depoimento corrobora tal entendimento: «Em momentos como este [da escrita], ‘evado-me’ de meu presente sempre igual escrevendo palavras na tentativa de exprimir o pouco que sei e o nada que recordo de conceitos complexos como a liberdade e inatingíveis como a vida» (Pierangeli, 2012: 19).

Cristiano Spilla, em «Itinerários da reclusão» discute essa perspectiva de evasão que a escrita propicia ao detento. Para o estudioso do tema, o espaço da prisão é um lugar fechado, espaço de coerção e de violência, enquanto o espaço do texto, da escrita, é um espaço aberto, paradoxalmente de liberdade, que abre ao autor possibilidades de passagem a outras paisagens: «Os espaços do eu e do mundo-prisão se encontram portanto simbolicamente contrapostos» (2008: 11). Fora do espaço do texto (que é o espaço do eu), a vida em «uma cela de dois metros por quatro» assemelha-se para Bonetti a um tormento:

O cárcere é um lugar-não lugar onde o tempo não é tempo; o cárcere é possivelmente o ambiente mais hostil que existe, o mais inatural para o homem. Se formas de vida menos complexas do que o homem, animal racional, às vezes preferem morrer a renunciar ao instinto da liberdade, imaginemos que coisa significa para um homem estar constricto a viver na total imobilidade, em condições nas quais qualquer movimento é somente origem de dor. (Pierangeli, 2012: 20)

É interessante perceber que nos escritos do cárcere do Brasil, salvo nos momentos excepcionais nos quais os detentos recebem o castigo de ficar isolados na escuridão da cela-forte (geralmente nus), o problema exposto é exatamente o contrário, a impossibilidade de se estar só, conforme relata Milton Marques Viana: «O barulho durante o dia é infernal, enervante. Como alguém sem as pálpebras superiores, a gente está condenado a sempre ver o outro, a não esquecer jamais a noção condição de detento» (Ramos, 2001: 233-234).

Na cena brasileira, a condição de detento implica a coletivização compulsória como marca do cotidiano, não há como não ver o outro, ele está por toda a parte, enquanto que na cena italiana, em Rebibbia, na área em que se encontra detido Juan Bonetti, a ausência de companhia mostra-se motivo de dor psíquica. Esta notável circunstância não passou despercebida a Marco Lucchesi, poeta e professor universitário brasileiro que participa de projeto de estímulo à escrita no Complexo de Bangu, no Rio de Janeiro. A respeito do problema da superlotação dos presídios brasileiros, Lucchesi lembra «a terrível imagem dos prisioneiros de Vitória [capital do estado do Espírito Santo], no limite da asfixia no interior de um *container* no qual se disputa a cota mínima de oxigênio» (Pierangeli, 2012: 15).

Se são incomparavelmente mais degradantes as condições de vida do preso brasileiro, não é menor, conforme Lucchesi o seu empenho em vivenciar a liberdade que a leitura e a escrita propiciam: «Muito do que se perdeu nas faculdades de Letras prospera em algumas de nossas prisões. Uma entrega total e quase desesperada no livro. Uma aposta no sonho e na liberdade. Uma outra vida que pode ressurgir» (Pierangeli, 2012: 16).

Juan Bonetti apresenta em seu relato, junto à solidão, e como decorrência dela, a carência afetiva como marca central da condição de homem preso em seu país: «poder abraçar, beijar e propriamente amar por somente quatro horas ao mês, saber que este é o destino que te espera pelos próximos vinte, trinta anos ou, em alguns casos extremos, para sempre, isto sinteticamente é o cárcere» (Pierangeli, 2012: 20). O mesmo tipo de sofrimento é exposto por Giovanni Arcuri no livro *Libero dentro*:

Em quase todas as partes do mundo existem os famosos espaços para a afetividade que os mídias maliciosa e vulgarmente chamaram «salas de sexo». Lugares onde se pode abraçar de modo mais íntimo um filho, uma mulher, um pai, com enorme benefício psicofísico para todos. [...] Nos países onde isto é permitido, são reduzidos quase a zero os problemas internos e a recuperação do detento é uma realidade, com vantagens para toda a coletividade. Mas a hipocrisia faz com que esta iniciativa na Itália não decolasse. (Arcuri, 2011: 63)

Mescladas às recordações da infância, que evidenciam a dimensão autobiográfica do relato, encontram-se assim em *Libero dentro* críticas à situação do cárcere italiano, no qual o preso é, segundo o autor, impedido de expressar seus sentimentos: «A total falta de manifestações afetivas cava profundo, põe interrogativas existenciais, e faz emergir com violência aquele direito de viver e aquela necessidade que o cárcere inexoravelmente impede» (2011: 64). Segundo Arcuri, este estado de coisas «humilhante e retrógrado» é representativo da mentalidade conservadora predominante na Itália.

Em um espaço no qual a violência maior parece ser a ausência de vínculos, a experiência do teatro, referida por Arcuri, parece ser um modo privilegiado de superação de dores e de realização pessoal. O autor relata a gratificante experiência de participação como ator na montagem de *A tempestade*, de Shakespeare: «Tive um sentimento de liberdade muito forte» (2011: 104).

Sobre o tema da libertação da dor através da arte, recorrente nos textos italianos, nenhum detento do cárcere italiano é mais entendido do que Cosimo Rega. Fundador da Companhia de detentos-atores do cárcere de Rebibbia, na qual, na condição de ator e diretor montou várias peças e também como ator associado ao diretor Fabio Cavalli participou de várias montagens, entre as quais a da peça *A tempestade*, referida por Giovanni Arcuri em seu livro. Promotor da arte entre os presidiários, este homem talentoso é também autor do romance *Sumino 'O Falco*: autobiografia de um condenado à prisão perpétua (2012: 9), que traz uma retomada da trajetória que o levou ao cárcere e em cuja introdução é apresentada ao leitor a relação do autor com o tempo e o espaço do presídio:

Sempre com mais frequência desejo permanecer só na minha cela. Ali penso, ali escrevo, ali vejo. [...]  
A paisagem em que me insiro é aquela das recordações. Os anos, os dias de uma vida que poderia ser e que não foi. Depois os outros. Não sei quais são os mais dolorosos, mas aqui e agora são quase toda a minha vida.  
Mas não: para mim as recordações são instrumento de trabalho sem trégua. Um trabalho doloroso, mas necessário: o trabalho em direção ao meu futuro.

É exatamente esta relação diferenciada com a própria solidão, este corajoso enfrentamento dos próprios enganos, que permite a Cosimo Rega levar muito mais longe do que qualquer outro escritor do cárcere italiano o «teatro interior» que, segundo Cristiano Spilla, é capaz de «restituir unidade à reclusão, de recompô-la a partir da desagregação moral do indivíduo» (2008: 10). Seu caso é fascinante porque da pior pena, a condenação perpétua, desdobra-se a maior superação individual do prejuízo da reclusão.

A violência acompanha a rotina dos presídios, onde quer que eles se encontrem. Não há como comparar as diferentes manifestações de sua ocorrência, uma vez que cada país constrói seus espaços de exclusão com base em concepções políticas e sociais arraigadas em sua história, em seu imaginário cultural. Pode-se apenas considerar que cada país tem a prisão que julga adequada para atender os propósitos a que se destina. O Brasil não pode se orgulhar do modelo carcerário que instituiu, e a voz dos presos em seus relatos não deixa dúvidas quanto a isso. O

modelo italiano não deixa de apresentar problemas, notoriamente de nível de gravidade bastante distinto. Marcio Seligmann-Silva, cujos estudos tanto contribuíram na construção deste artigo, oferece ainda uma vez subsídio importante aos estudiosos de literatura que pensam caber-lhes alguma responsabilidade neste debate: «Não podemos fazer de conta que não desempenhamos um papel no ‘teatro histórico da memória’, de sua inscrição e apagamento, em suma, de sua política» (2003: 14). Tal é também a nossa compreensão.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### ESCRITOS DO CÁRCERE

- Arcuri, Giovanni (2011), *Libero dentro: brevi storie e riflessioni di vita vissuta*, Roma, Albatros.
- Du Rap, André - Zeni, Bruno (2002), *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, São Paulo, Labortexto.
- Mendes, Luiz Alberto (2001), *Memórias de um sobrevivente*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Ramos, Hosmany (2002), *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru*, 3. ed. São Paulo, Geração Editorial.
- Rega, Cosimo (2012), *Sumino ‘O Falco: autobiografia di un ergastolano*, Roma, Robin Edizioni.
- Rodrigues, Humberto (2002), *Vidas do Carandiru: histórias reais*, São Paulo, Geração Editorial.

##### CRÍTICA EM GERAL

- Benjamin, Walter (1986), «Crítica da violência. Crítica do poder» (trad. de Willi Bolle), in Benjamin, Walter, *Documentos de cultura, documentos de barbárie* (org. W. Bolle), São Paulo, Cultrix, pp. 160-175.
- Costa, Emilia Viotti da (2008), *A abolição*, 8. ed., São Paulo, Editora Unesp.
- Hobsbawn, Eric (1995), *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991* (tradução de Marcos Santarrita), São Paulo, Cia das Letras.
- Penna, João Camillo (2013), *Escritos da sobrevivência*, Rio de Janeiro, 7 letras.
- Penna, João Camillo (2009), «Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano», in Seligmann-Silva, Márcio (org.), *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*, Campinas, Ed. Unicamp, pp. 297-349.
- Pierangeli, Fabio (2012), *Afferrare le redini di una vita nuova. Saggi e testimonianze sul carcere. Progetto di studio universitario Rebibbia-Tor Vergata*, Roma, UniversItalia.
- Rosa, Nicolás (1990), *El arte del olvido* (sobre la autobiografía), Buenos Aires, Pontosur.
- Sarlo, Beatriz (2007), *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (tradução de Rosa Freire d’Aguiar), São Paulo, Cia das Letras-Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- Souza, Raquel Rolando (2002), *Boitempo, a poesia autobiográfica de Drummond*, Rio Grande, Ed. FURG.
- Seligmann-Silva, Márcio (2003a), «Violência, Encarceramento», *Revista Letras*, v. 43, n. 2, pp. 29-47. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/letras/article/view/303>> (acesso em: 25.03.2013).
- Seligmann-Silva, Marcio (2003b) (org.), *Historia, memoria, literatura: o testemunho na era das catástrofes*, Campinas, Ed. Unicamp.
- Spila, Cristiano (2008), «Itinerari della reclusione», in Spila Cristiano, *Voci da dentro. Itinerari della reclusione nella letteratura italiana*, Roma, Bulzoni, pp. 9-26.